



Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

31 de dezembro de 2015 e 2014

Grupo Rendimento

Com Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas do
Conglomerado Prudencial



Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Cenário Econômico

O ano de 2015 foi marcado pela atividade econômica mais fraca do que esperada nos países emergentes, principalmente nos países dependentes dos preços de commodities. O desaquecimento da China e a redução dos preços de commodities têm impactado negativamente as moedas dos países emergentes.

Nos EUA, o FED iniciou o ciclo de aperto monetário, com o aumento de 0,25% em dezembro e fechou o ano de 2015 em 0,5% a.a. a taxa básica de juros. Apesar de a inflação continuar abaixo da meta de 2%, os dados do mercado de trabalho apresentam um crescimento robusto, a elevada confiança do consumidor sustenta o consumo das famílias e o setor imobiliário apresenta sinais de melhora. O aumento da taxa de juros deverá ser gradual e dependente da evolução da economia e da inflação com o impacto da queda do petróleo.

Na Zona do Euro, os dados econômicos divulgados apontam para uma recuperação da atividade reforçada por estímulos do Banco Central Europeu. O impulso fiscal menos contracionista, a depreciação da moeda, a melhora do crédito, o consumo em expansão e uma política monetária mais acomodatória contribuem para um cenário de crescimento do PIB em 2015 de 1,5% na Zona do Euro.

Na China, o PIB de 2015 foi de 6,9% dentro do esperado, mas o pior resultado em 25 anos e confirma a desaceleração progressiva na economia. No último semestre de 2015, a China registrou saídas de capital que somaram em termos anualizados o valor de US\$ 1 trilhão. Apesar da balança comercial em 2015 ter fechado com superávit recorde de US\$ 595 bilhões, a expectativa é que o yuan deva se desvalorizar frente ao dólar, que continua a se fortalecer com o aperto da política monetária nos Estados Unidos. O crédito mais restritivo e a atividade mais fraca mostram que mais estímulos são necessários pelo BC chinês para estabilizar o crescimento. As autoridades tomaram medidas restritivas de vendas de ações por grandes detentores de papéis e estão monitorando o mercado cambial para evitar a desvalorização forte do yuan.

No cenário doméstico, houve uma grande deterioração dos fundamentos macroeconômicos, na condução da política fiscal e na confiança do empresariado e investidores. A demanda doméstica tem dado claros sinais de desaquecimento, do lado das famílias, a renda disponível vem sofrendo com a correção de preços administrados e com a piora do mercado de trabalho, do lado das empresas, com crédito mais restrito, nível de confiança extremamente deprimido e investimentos em baixa. Neste contexto, a nossa projeção do PIB em 2015 é uma retração em torno de 3,7%. Apesar da atividade fraca a inflação segue muito elevada e encerra o ano com o IPCA em 10,67%, maior patamar em 13 anos, pressionada pelos preços administrados e o impacto da desvalorização cambial.

No lado externo, com a forte retração da atividade e a desvalorização do real, contribuíram para o superávit da balança comercial de US\$ 19,68 bi em 2015, melhor resultado desde 2011, as exportações recuaram 14% e as importações queda de 24% em comparação ao ano anterior. Do lado do financiamento externo, a perda do grau de investimento para o Brasil, deixaram as perspectivas desfavoráveis, com o crédito externo mais caro e com prazo mais reduzidos limitando o ingresso do investimento estrangeiro, porém no lado positivo contribuem o elevado nível de reservas internacionais e a redução do déficit em transações correntes.





Para 2016, a economia mundial deverá adaptar-se para um crescimento mais modesto dos países emergentes, com commodities mais baratas, menor fluxo de comércio e de capitais. Os riscos são uma desaceleração mais forte que a esperada na China, novas quedas nos preços de commodities, principalmente no preço do petróleo e a piora de tensões geopolíticas.

Histórico

O Banco Rendimento S/A destaca-se por sua atuação consolidada em operações de câmbio, como um dos maiores fornecedores de moeda estrangeira, em espécie, para instituições financeiras e outros agentes autorizados pelo Banco Central do Brasil a operar nesse segmento.

No mercado primário de câmbio mantém estrutura organizada para o atendimento às pessoas físicas, empresas e outras entidades jurídicas em operações de compra e venda de moeda estrangeira, de natureza comercial – importação e exportação – e financeira, tais como investimentos no país e no exterior, empréstimos internacionais, transferências unilaterais e serviços. O atendimento à clientela é diferenciado das demais instituições financeiras, por contar com a atenção e orientação especializada de nossos funcionários, dada a complexa regulamentação cambial, do capital estrangeiro e das regras tributárias incidentes.

Em crédito, o Banco Rendimento S/A concentra suas operações no segmento de Middle Market, atendendo empresas com faturamento anual da ordem de 40 a 500 milhões de reais e, em menor escala, operações de CDC relacionadas ao turismo, financiamento de taxas veiculares e atividade educacional.

Nos últimos anos ocupou posição relevante na área de serviços, relacionados à arrecadação de tributos de veículos automotores, intermediados pelo segmento de despachantes documentários. Através da instituição de pagamentos Agillitas Soluções de Pagamentos Ltda., empresa integrante do Conglomerado Rendimento, o banco atua como distribuidor dos cartões pré-pagos, em moeda estrangeira, VTM – Visa Travel Money, um dos mais tradicionais do mercado.

Índice da Basileia

Conforme disposto na Resolução 4.193, de 01.03.2013, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR e de Capital Principal Nível I), demonstramos abaixo o comportamento do índice de Basileia, apurado no primeiro semestre de 2015, apresentando-se com relativa margem de suficiência, o que se evidencia a regularidade no enquadramento, do Conglomerado Rendimento, aos atuais 11%, definidos pelo referido Órgão regulador.

2015	Patrimônio de Referência	Patrimônio de Referência Exigido (RWA)	Índice Basileia
Julho	236.498	161.576	16,10%
Agosto	217.930	159.262	15,05%
Setembro	218.130	156.428	15,34%
Outubro	217.858	173.303	13,83%
Novembro	220.666	163.872	14,81%
Dezembro	218.232	165.975	14,46%
Média			14,93%

Controles Internos, Riscos e Governança Corporativa





O Grupo Rendimento mantém estrutura de Governança Corporativa, Controles Internos e Riscos, em total aderência às exigências do CMN e do Banco Central do Brasil, abrangendo as Áreas de Compliance, Riscos de Mercado, Operacional, Liquidez, Crédito, Responsabilidade Socioambiental, Segurança da Informação e Auditoria Interna, com procedimentos de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo.

As atividades de controles internos são de responsabilidade das unidades de Governança Corporativa e Auditoria Interna do Conglomerado Rendimento. Estão subordinadas ao Diretor Superintendente e segregadas das áreas comprometidas com resultados bem como daquelas responsáveis pelas atividades de suporte, obtendo com isso maior eficiência nas ações preventivas e prudenciais.

A gestão de riscos e de controles internos envolve um conjunto integrado de ações e procedimentos que tem por objetivo mitigar possíveis perdas em operações de crédito e câmbio, bem como subsidiar a gestão de liquidez da organização, evitando o descasamento de prazos com captações. Tais atividades e procedimentos encontram-se disciplinados em normativos internos do Conglomerado Rendimento e mantém conformidade com leis e regulamentos emanados pelo CMN e BACEN.

Esses mecanismos de gestão são essenciais para a otimização na utilização do capital e obtenção da melhor relação Risco x Retorno aos seus acionistas, através da seleção das melhores oportunidades de negócios. Periodicamente são realizadas reuniões dos comitês, responsáveis pela divulgação das políticas gerais, visando maior eficiência da gestão e avaliação consolidada dos riscos.

Risco Operacional

O Conglomerado Rendimento em atendimento às exigências da Resolução 3.380/06, do Conselho Monetário Nacional, implementou estrutura para gestão do risco operacional, com elaboração de Política Institucional e de procedimentos para detecção e avaliação de eventos que possam causar perdas, tais como: fraudes; descontinuidade de negócios; falhas de tecnologia da informação e processos inadequados.

Para a gestão do risco operacional, a organização prioriza a utilização de ferramentas e procedimentos preventivos, ante os mecanismos de natureza reativa, visando com isso minimizar a ocorrência de eventos de risco operacional e consequentes perdas.

A alocação de capital regulamentar, para suportar eventuais perdas em eventos de risco operacional, é calculada de acordo com a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada, prevista na Circular 3.640/13, do Banco Central do Brasil.

Risco de Mercado e Liquidez

O Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez, no Conglomerado Rendimento, é realizado em conformidade com as disposições das Resoluções 3.464/07 e 4.090/12, do Conselho Monetário Nacional.

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado tem por finalidade identificar, monitorar e controlar os riscos associados às perdas decorrentes da flutuação nos valores de mercado, nas posições detidas pelo Conglomerado Rendimento. Esta gestão envolve principalmente os riscos das operações sujeitas à variação cambial e de taxas de juros.





O monitoramento do risco de liquidez consiste em avaliar a impossibilidade da instituição de honrar, eficientemente, suas obrigações correntes e futuras sem, contudo, afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Com base nesses controles são observados os fluxos ativos e passivos, através de modelo interno estabelecido em política, que visa identificar, pelo Patrimônio de Referência, o grau de alavancagem de crédito e de outras posições operacionais para se estabelecer a margem ou insuficiência de liquidez.

O Comitê de Tesouraria e Liquidez é realizado semanalmente com as presenças do Diretor Superintendente, da Tesoureira e de outros profissionais da organização, com o objetivo de se analisar cenários de mercado e principalmente definir as estratégias de captação e aplicação de recursos.

Risco de Crédito

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito deve possibilitar a identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

A gestão de Risco de Crédito encontra-se estruturada em conformidade com a Resolução 3.721/09, do CMN, sob a responsabilidade da Diretoria de Riscos e Compliance que executa atividades segregadas das unidades de negociação e de auditoria interna. Tem como objetivo maximizar a relação risco x retorno de seus ativos, por meio de políticas aderentes às boas práticas, mantendo-se a qualidade da carteira de crédito em patamares adequados aos segmentos de mercado em que esteja atuando. A estratégia é voltada para a criação de valor para seus acionistas em níveis superiores a um valor mínimo de retorno ajustado ao risco.

O Comitê de Crédito é responsável pela análise das operações do Banco e dos riscos de crédito associados. Esse comitê se reúne de acordo com a Política definida pelo Conglomerado Rendimento e tem por prática deliberar sobre os assuntos pertinentes a Política de Gestão de Risco de Crédito, bem como a aprovação de medidas corretivas e de planos de ação para minimizar possíveis riscos.

Política de Deferimento de Crédito

A política de concessão de crédito, adotada pelo Banco Rendimento, fundamenta-se na exigência de garantias compatíveis com o risco de contraparte e pela seleção de clientes tomadores idôneos e que apresentem capacidade financeira. As operações são realizadas com agilidade, segurança, evidenciando qualidade, liquidez e rentabilidade na aplicação dos ativos.

O processo de tomada de decisões e definição da política de crédito, do Banco Rendimento, garante maior eficiência nas ações de crédito e otimização das oportunidades de negócios. Para a concessão de crédito, tanto no varejo como no atacado, as decisões são tomadas de acordo com os limites de alçada e análise econômico-financeira do cliente, premissas que garantem a criteriosa observação do risco das operações.

Responsabilidade Socioambiental

A estrutura de gestão do Risco Socioambiental visa estabelecer princípios, diretrizes e procedimentos para a implementação, nas empresas do Conglomerado Rendimento, da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), bem como definir as ações de natureza socioambiental nos negócios e nas relações com o mercado, clientes, fornecedores e público





interno, nos termos definidos pelo Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº4.327, de 25.04.2014.

A estratégia para a aplicação de medidas socioambientais na organização consistiu na adoção de duplo objetivo, quais sejam: a) agregar às práticas atuais de governança, ações de sustentabilidade e de responsabilidade socioambiental no ambiente interno, contemplando as atividades de negócios e serviços bancários explorados e b) avaliar o “risco socioambiental” na relação com clientes e fornecedores, visando à adoção de procedimentos que anule ou reduza a incidência de tal risco.

À Diretoria de Riscos e Compliance cabe a definição de políticas, medidas estratégicas, estabelecimento de responsabilidades e acompanhamento do cumprimento das obrigações legais previstas para a PRSA.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

O Grupo Rendimento mantém estrutura, para avaliação e gerenciamento do capital regulamentar, em conformidade com a Resolução 3.988/11, do CMN, compatível com os riscos dos negócios e alavancagem dos respectivos portfólios. São realizadas projeções do índice de Basileia, para períodos trienais, com a previsão de fontes para manutenção do nível de capital, em patamares confortáveis acima do mínimo exigido pelas autoridades reguladoras. Toda a estratégia da organização está registrada no Plano Trienal de Capital aprovado pela diretoria, o qual é submetido a processo anual de acompanhamento e revisão.

O Plano de Capital do Conglomerado Rendimento foi elaborado no primeiro semestre de 2015 e contempla o triênio 2015 a 2017, com projeções de receitas, despesas e das posições patrimoniais, estimando-se a compatibilidade futura do índice de Basileia. É realizado monitoramento contínuo, a fim de se observar a capacidade do Patrimônio de Referência, em períodos futuros, de suportar todos os riscos que possam envolver os negócios do Conglomerado Rendimento, bem como a consistência da política institucional para provisão do capital em níveis superiores aos requeridos legalmente.

Prevenção à "Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo"

O Conglomerado Rendimento conta com instrumentos de controle e acompanhamento, nas operações realizadas com clientes e parceiros, a fim de evitar e combater a "lavagem" de dinheiro oriunda de atividades ilícitas, inclusive aquelas ligadas aos casos de corrupção e terrorismo, através de seus produtos e serviços. Para tanto, possui políticas, processos e sistemas de controle de prevenção à lavagem de dinheiro.

A participação frequente da alta administração na prevenção e detecção à "lavagem" de dinheiro assegura o alinhamento entre as diversas áreas e atividades do grupo, bem como possibilita definir políticas aderentes às melhores práticas internacionais.

A política “conheça seu cliente”, o programa de treinamento de funcionários, os processos e sistemas de controles e o monitoramento de operações, permitem a identificação tempestiva de situações atípicas. Após a análise por especialistas os casos são submetidos para deliberação da alta administração, quanto à pertinência de encaminhamento dos casos às autoridades fiscalizadoras competentes, tendo sido ou não realizada a operação. As áreas de negócios do Banco Rendimento são responsáveis, em primeiro nível, por identificar e recusar negócios e operações que considerarem suspeitas ou atípicas, reportando sempre à alta administração.





Segurança da Informação

O Departamento de Segurança da Informação - DSI é uma área estratégica de Controles Internos e institucional, o qual se reporta diretamente ao Diretor Presidente do Grupo Rendimento e Comitê de Segurança da Informação. A DSI, tem como objetivo principal a proteção da informação e minimizar ameaças de forma a garantir a continuidade e sustentabilidade do negócio, possibilitando assim a maximização do retorno sobre os investimentos. A DSI atua nos princípios da Segurança da Informação balanceando os fatores de riscos, tecnologia e custos, bem como abrangendo os pilares da segurança (Integridade, Confidencialidade e Disponibilidade). Com o objetivo de preservar a aderência à Política de Segurança da Informação no ambiente corporativo, nos controles internos e dos sistemas informatizados, temos como base o seguinte escopo de atuação: Programas de treinamento de desenvolvimento seguro e conscientização; Hardening; Monitoramento de atividades e acessos críticos, revisão e estabelecimento de políticas, Perfis e Controle de acesso; Análise e Gerenciamento de vulnerabilidades, Análise de riscos de segurança; Classificação da informação; Monitoramento das regras de negócios; Criptografia de dados, proteção de tráfego de informações, entre outros controles relacionados à atividade.

Plano de Continuidade de Negócio

O Banco Rendimento e as empresas do conglomerado contam atualmente com uma estrutura de pessoas e processos para Gestão de Continuidade de Negócios (GCN). Existe uma equipe preparada para assegurar que em momentos de crise, a recuperação e a continuidade dos processos críticos de negócio sejam efetivos e capazes de salvaguardar os interesses das partes interessadas, a reputação e a marca da organização e suas atividades de valor agregado. Regularmente os procedimentos e estruturas são revisados e testados para assegurar sua eficácia em caso de necessidade.

Ouvidoria

No que tange ao Direito do Consumidor, o Conglomerado Rendimento atende as disposições da Resolução 3.849/10, do CMN. A unidade de Ouvidoria tem como função ser canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais da Instituição, inclusive na mediação de conflitos, bem como propor à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas.

A área de Ouvidoria atua independentemente das áreas de negócios do Conglomerado, proporcionando um relacionamento aberto e provido de imparcialidade da Empresa com Clientes, “*Stakeholders*” e com o público em geral.

Tal dispositivo atende às manifestações recebidas através do Banco Central do Brasil, Órgão de Defesa do Consumidor, imprensa, cartas, telefones e e-mail.

Audidores Independentes

A Ernst & Young Auditores Independentes S.S. é a empresa de auditoria externa contratada para o exame das demonstrações financeiras do Banco Rendimento S/A. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos.





Agradecimentos

A administração do Conglomerado Rendimento agradece aos nossos clientes e parceiros do mercado financeiro, pela confiança em nós depositada, e o empenho de nossos Colaboradores.

A Diretoria



Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Diretores e Acionistas do
Banco Rendimento S.A.
São Paulo-SP

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Rendimento S.A. (o “Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e outras notas explicativas. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na Nota Explicativa nº 2.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na Nota Explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração do Banco, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais). Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as referidas demonstrações estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações financeiras que divulga:

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Reapresentação de saldos comparativos

Conforme mencionado na nota 3s, as demonstrações financeiras consolidadas apresentadas para fins de comparação foram alteradas em relação àquelas anteriormente divulgadas relativas ao exercício findo e 31 de dezembro de 2014 em decorrência de reclassificações efetuadas por conta da mudança da instituição líder e ajustes em determinadas linhas do balanço patrimonial, demonstrações consolidadas do resultado, demonstrações das mutações no patrimônio líquido e demonstrações dos fluxos de caixa, e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23, ou CPC 23 (Práticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

O Banco Rendimento S.A., o BBN Banco Brasileiro de Negócios S.A. e a Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários elaboraram um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 16 de fevereiro de 2016.

São Paulo, 6 de abril de 2016.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Emerson Morelli
Contador CRC-1SP249401/O-4

BALANÇO PATRIMONIAL
CONSOLIDADO DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
 Exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e 2014 (Em milhares de reais).

Ativo	Notas	2015	2014(*)
Circulante		1.091.297	1.207.416
Disponibilidades	5	399.803	418.041
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	295.732	188.009
Aplicações no mercado aberto		275.013	183.703
Aplicações em depósitos interfinanceiros		20.719	4.306
Títulos e valores mobiliários	7	1.257	66.893
Carteira própria		1.257	26.826
Vinculados operações compromissadas		-	9.505
Vinculados a prestação de garantias		-	30.562
Relações interfinanceiras		1.405	926
Créditos vinculados ao Bacen		1.403	917
Relações com correspondentes		2	9
Operações de crédito	9	271.852	301.939
Setor Privado:		271.852	301.939
Empréstimos e títulos descontados		258.108	289.018
Financiamentos		23.301	23.373
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(9.557)	(10.452)
Outros créditos		102.470	211.475
Créditos por avais e fianças honradas		-	2.273
Carteira de câmbio	10	14.567	126.344
Diversos	11a	91.029	83.309
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)		(3.126)	(451)
Outros valores e bens	11b	18.778	20.133
Outros valores e bens		17.126	18.326
Despesas antecipadas		1.652	1.807
Realizável a longo prazo		288.602	193.868
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	44.077	29.952
Aplicações em moedas estrangeiras		44.077	29.952
Títulos e valores mobiliários	7	74.046	-
Carteira própria		31.440	-
Vinculados operações compromissadas		16.764	-
Vinculados a prestação de garantias		25.842	-
Operações de crédito	9	46.430	45.662
Setor privado:		46.430	45.662
Empréstimos e títulos descontados		35.767	37.678
Financiamentos		11.509	10.354
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(846)	(2.370)
Outros créditos		123.210	117.468
Diversos	11a	123.210	121.257
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)		-	(3.789)
Outros valores e bens	11b	839	786
Outros valores e bens		-	33
Despesas antecipadas		839	753
Permanente		23.014	26.460
Investimentos		72	72
Títulos patrimoniais		2	2
Outros investimentos		70	70
Imobilizado de uso		16.619	19.746
Imóveis de uso		1.967	1.967
Outras imobilizações de uso		39.699	38.933
(Depreciações acumuladas)		(25.047)	(21.154)
Diferido		124	167
Gastos de organização e expansão		3.972	3.972
(Amortização acumulada)		(3.848)	(3.805)
Intangível		6.199	6.475
Ativos intangíveis - outros		13.620	11.688
(Amortização acumulada)		(7.421)	(5.213)
Total do ativo		1.402.913	1.427.744

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(*) Os saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 estão reapresentados de acordo com o CPC 23 (Nota 3s).

BALANÇO PATRIMONIAL
CONSOLIDADO DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
 Exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e 2014 (Em milhares de reais).

Passivo	Notas	2015	2014(*)
Circulante		781.049	802.109
Depósitos	12	302.080	256.911
Depósitos à vista		97.133	55.580
Depósitos interfinanceiros		8.497	6.105
Depósitos a prazo		130.228	141.012
Depósitos em moeda estrangeira		66.222	54.214
Captações no mercado aberto	14	6.089	-
Carteira própria		6.089	-
Recursos de aceites e emissão de títulos	13	12.085	12.047
Recursos de aceites e emissão de títulos		12.085	12.047
Relações interdependências		54.300	22.332
Recursos em trânsito de terceiros		54.300	22.332
Obrigações por empréstimos	13	3.996	3.919
Empréstimos no exterior		3.996	3.919
Obrigações por repasses no país - instituições oficiais	13	1.409	14.117
BNDES		-	7.316
Finame		1.409	6.801
Instrumentos financeiros derivativos	8b	422	-
Instrumentos financeiros derivativos		422	-
Outras obrigações		400.668	492.783
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		1.837	1.873
Carteira de câmbio	10	22.525	126.201
Fiscais e previdenciárias	15a	27.355	33.517
Negociação e intermediação de valores	8b	472	255
Diversos	15b	348.479	330.937
Exigível a longo prazo		395.591	394.945
Depósitos	12	290.674	288.548
Depósitos a Prazo		290.674	288.548
Recursos de aceites e emissão de títulos		-	10.528
Recursos de aceites e emissão de títulos		-	10.528
Obrigações por repasses no país - instituições oficiais	13	19.030	10.331
BNDES		11.138	1.696
Finame		7.892	8.635
Outras obrigações		85.887	85.538
Fiscais e previdenciárias	15a	76.882	77.422
Diversas	15b	9.005	8.116
Resultados de exercícios futuros		402	393
Resultados de exercícios futuros		402	393
Patrimônio líquido	18	225.871	230.297
Capital		107.370	85.316
De domiciliados no país		107.370	85.316
Reserva de lucros		35.121	106.497
Ajustes de avaliação patrimonial		60	-
Participações de não controladores		83.320	38.484
Total do passivo		1.402.913	1.427.744

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(*) Os saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 estão reapresentados de acordo com o CPC 23 (Nota 3s).

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO
DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**
Exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e 2014 (Em milhares de reais).
Semestre findo em 31 de dezembro de 2015.

	Notas	2º semestre	Exercício	
		2015	2015	2014(*)
Receitas da intermediação financeira		197.777	377.079	377.529
Operações de crédito		47.934	86.914	73.027
Resultado de títulos e valores mobiliários		31.209	53.805	40.129
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		1.610	(9.210)	(2.104)
Resultado de operações de câmbio		117.024	245.570	266.477
Despesas da intermediação financeira		(66.027)	(107.403)	(85.321)
Captações no mercado	19	(57.134)	(94.773)	(63.755)
Empréstimos, cessões e repasses		(3.723)	(5.052)	(3.757)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(5.170)	(7.578)	(17.809)
Resultado bruto da intermediação financeira		131.750	269.676	292.208
Outras receitas/despesas operacionais		(100.681)	(205.008)	(219.471)
Receitas de prestação de serviços	20	41.492	79.320	77.206
Despesas de pessoal	21	(62.209)	(123.749)	(123.651)
Outras despesas administrativas	22	(72.009)	(142.516)	(156.908)
Despesas tributárias	23	(12.800)	(24.407)	(24.896)
Outras receitas operacionais	24	9.286	14.049	23.447
Outras despesas operacionais	24	(4.441)	(7.705)	(14.669)
Resultado operacional		31.069	64.668	72.737
Resultado não operacional		(516)	(256)	665
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		30.553	64.412	73.402
Imposto de renda e contribuição social		(8.544)	(18.839)	(21.094)
Imposto de renda	16a	(4.440)	(11.509)	(16.714)
Contribuição social	16a	(3.330)	(7.458)	(9.917)
Ativo fiscal diferido	16a	(774)	128	5.537
Participações estatutárias no lucro		(909)	(2.579)	(5.582)
Lucro líquido do exercício/ semestre		21.100	42.994	46.726
Atribuível aos:				
Controladores		9.448	23.708	23.366
Não controladores		11.652	19.286	23.360
Total		21.100	42.994	46.726

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(*) Os saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 estão rerepresentados de acordo com o CPC 23 (Nota 3s).

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

Exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e 2014 (Em milhares de reais).
Semestre findo em 31 de dezembro de 2015.

	Capital	Reservas de Lucros		Ajustes a valor Patrimonial	Lucros Acumulados	Total Controladores	Participação de Não controladores	Total
		Legal	Outras					
Saldos em 31 de dezembro de 2013	85.316	8.313	85.518	-	-	179.147	29.684	208.831
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	23.366	23.366	23.360	46.726
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	1.168	-	-	(1.168)	-	-	-
Constituição de reserva especial de lucros	-	-	13.298	-	(13.298)	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	(1.800)	-	-	(1.800)	(13.500)	(15.300)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(8.900)	(8.900)	(1.060)	(9.960)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	85.316	9.481	97.016	-	-	191.813	38.484	230.297
Saldos em 31 de dezembro de 2014	85.316	9.481	97.016	-	-	191.813	38.484	230.297
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	23.708	23.708	19.286	42.994
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	60	-	60	-	60
Aumento de capital	64.684	(8.759)	(55.925)	-	-	-	42.630	42.630
Redução de capital	(42.630)	-	-	-	-	(42.630)	-	(42.630)
Constituição de reserva legal	-	1.185	-	-	(1.185)	-	-	-
Constituição de reserva especial de lucros	-	-	12.323	-	(12.323)	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	(20.200)	-	-	(20.200)	(14.000)	(34.200)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(10.200)	(10.200)	(3.080)	(13.280)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	107.370	1.907	33.214	60	-	142.551	83.320	225.871
Saldos em 30 de junho de 2015	150.000	1.435	41.091	52	8.047	200.625	39.318	239.943
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	9.448	9.448	11.652	21.100
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	8	-	8	-	8
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	42.630	42.630
Redução de capital	(42.630)	-	-	-	-	(42.630)	-	(42.630)
Constituição de reserva legal	-	472	-	-	(472)	-	-	-
Constituição de reserva especial de lucros	-	-	12.323	-	(12.323)	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	(20.200)	-	-	(20.200)	(8.000)	(28.200)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(4.700)	(4.700)	(2.280)	(6.980)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	107.370	1.907	33.214	60	-	142.551	83.320	225.871

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(*) Os saldos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2014 estão reapresentados de acordo com o CPC 23 (Nota 3s).

**DEMOSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**
Exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e 2014 (Em milhares de reais).
Semestre findo em 31 de dezembro de 2015.

	2º Semestre	Exercício	
	2015	2015	2014(*)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro Líquido Ajustado do Período	30.840	50.377	63.619
Lucro Líquido do Período	21.100	42.994	46.726
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa líquido	9.740	7.383	16.893
Ajuste a mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	889	974	(702)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.170	7.578	17.809
Depreciações e amortizações	3.249	6.403	6.028
Impostos diferidos	774	(128)	(5.537)
Provisões/reversões operacional	(342)	(7.444)	(705)
Variação de ativos e passivos	29.830	73.132	(28.789)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(19.105)	(30.538)	(16.086)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(4.987)	(9.324)	(455)
Redução/(aumento) em relações interfinanceiras	15.015	(479)	3.868
Redução em operações de crédito	18.729	21.740	54.699
Redução/(aumento) em outros créditos	88.373	103.392	(5.029)
Redução/(aumento) em outros valores e bens	245	1.302	(16.148)
Aumento em depósitos	17.695	47.295	144.767
Aumento em captações no mercado aberto	6.089	6.089	-
Aumento/(redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	863	(10.490)	11.825
Aumento/(redução) em relações interdependências	16.628	31.968	(1.445)
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(11.963)	(3.932)	(54.055)
Aumento/(redução) em instrumentos financeiros derivativos	422	422	(931)
(Redução) em outras obrigações	(98.110)	(84.322)	(149.623)
(Redução)/aumento em resultado de exercícios futuros	(64)	9	(176)
Caixa líquido gerado em atividades operacionais	60.670	123.509	34.830
Fluxo de caixa aplicado em atividades de investimentos			
Alienação de imobilizado de uso	222	364	-
Redução de diferido e intangível	-	-	366
Aquisição de Imobilizado de uso	(1.080)	(1.397)	(3.856)
Aplicações no Intangível	(1.518)	(1.923)	(2.963)
Caixa líquido (aplicado) em atividades de investimentos	(2.376)	(2.956)	(6.453)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Juros sobre o Capital Próprio pagos	(6.980)	(13.280)	(9.960)
Dividendos pagos	(28.200)	(34.200)	(15.300)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos	(35.180)	(47.480)	(25.260)
Aumento em Caixa e Equivalentes de Caixa	23.114	73.073	3.117
Demonstração da variação de caixa e equivalente de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	651.702	601.743	598.626
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	674.816	674.816	601.743
Aumento em Caixa e Equivalentes de Caixa	23.114	73.073	3.117

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(*) Os saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 estão reapresentados de acordo com o CPC 23 (Nota 3s).

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO
GRUPO RENDIMENTO S/A**

Exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e 2014 (Em milhares de reais).

1. Contexto operacional

O Conglomerado Rendimento (“Grupo”) ou (“Grupo Rendimento”) fundado em 1992, opera no mercado financeiro, atuando principalmente com operações de câmbio; crédito ao mercado de “middle Market” e cartões de débito pré-pago.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro nacional e internacional, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Rendimento. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas com a finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), de acordo com os procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 4.280/2013 do CMN e Circular nº 3.701/2014 do BACEN, e não se confundem com as demonstrações financeiras individuais para fins gerais, que são objeto de outros normativos do BACEN.

Conforme determinam a Resolução nº 4.280/2013 do CMN e Circular nº 3.701/2014 do BACEN, que, dentre outras coisas, requer a consolidação de fundos de investimento nos quais as entidades integrantes do conglomerado, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios, sendo que ambas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou, conforme aplicáveis, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- CPC 01 – Resolução CMN nº 3.566/08 – Redução ao valor recuperável de ativos;
- CPC 03 – Resolução CMN nº 3.604/08 – Demonstração do fluxo de caixa;
- CPC 05 – Resolução CMN nº 3.750/09 – Divulgação sobre partes relacionadas;
- CPC 25 – Resolução CMN nº 3.823/09 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes;
- CPC 24 – Resolução CMN nº 3.973/11 – Evento subsequente;
- CPC 10 – Resolução CMN nº 3.989/11 – Pagamento baseado em ações;
- CPC 23 – Resolução CMN nº 4.007/11 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro;
- CPC 00 – Resolução CMN nº 4.144/12 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil - Financeiro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO RENDIMENTO S/A

Exercícios findo Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (valores expressos em milhares de reais).

Essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial abrangem as demonstrações financeiras das seguintes Empresas:

Empresa	Principal Atividade	País Sede	Controladas	(%) Participação
Banco Rendimento S/A	Banco comercial com carteira de cambio	Brasil	Cotação Serviços Financeiros Ltda.	99%
Banco Brasileiro de Negócios S/A	Banco múltiplo	Brasil	-	-
Cotação Serviços Financeiros Ltda.	Correspondentes de instituições financeiras	Brasil	Cotação Câmbio & Turismo Ltda.	85%
Cotação Câmbio & Turismo Ltda.	Agências de viagens	Brasil	-	-
Cotação DTVM S/A	Distribuidoras de títulos e valores mobiliários	Brasil	Action Empreendimento e Participações Ltda.	100%
Action Empreendimentos e Participações Ltda.	Outras sociedades de participação, exceto holdings	Brasil	-	-
Agillitas Soluções de Pagamento Ltda.	Operadoras de cartões de débito	Brasil	-	-

Demonstramos a seguir os saldos patrimoniais das Empresas do Grupo.

Empresa	2015		2014	
	Patrimônio Líquido	Lucro/(Prejuízo) Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro/(Prejuízo) Líquido
Banco Rendimento S/A	142.551	23.708	191.813	23.366
Banco Brasileiro de Negócios S/A	43.127	3.232	41.095	2.038
Cotação Serviços Financeiros Ltda.	18.002	881	17.121	578
Cotação Câmbio & Turismo Ltda.	555	-	555	(56)
Cotação DTVM S/A	34.255	13.148	30.707	15.931
Action Empreendimentos e Participações Ltda.	948	95	853	79
Agillitas Soluções de Pagamento Ltda.	5.852	4.438	7.694	7.437

No processo de consolidação das demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial foram eliminados saldos das contas de ativo e passivo, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO RENDIMENTO S/A
Exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e 2014 (Em milhares de reais).

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “*pro rata die*” para as de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados.

b) Moeda funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco Rendimento e de suas controladas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

e) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários;
- Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de Mercado Futuro cujos ajustes são contabilizados, diariamente, em contas de ativo e passivo, em contrapartida ao

resultado e operações de Termo de Moedas - NDF (Non-delivery Forward), as operações em NDF são marcadas a mercado mensalmente em contas de ativo e passivo, em contrapartida ao resultado. O valor nominal dos contratos são contabilizados em contas de compensação.

f) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, inclusive adiantamentos sobre contratos de câmbio de exportação são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, no mínimo por 5 anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, é constituída com base nos critérios definidos pela Resolução BACEN nº 2.682/99, sendo fundamentada na análise do saldo em aberto das operações, considerando ainda os valores das garantias, o histórico de perdas e os riscos da carteira, conforme demonstrado na Nota 9

g) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("Impairment")

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando-se o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.

h) Bens não de uso próprio

São representados basicamente por bens reintegrados e recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso alienados.

i) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidas de provisão para perdas, quando aplicável.

j) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade. Os bens estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens.

k) Diferido

É demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização acumulada calculada até a data de encerramento do balanço e representado, basicamente, por benfeitorias em imóveis de terceiros, amortizadas pelo prazo contratual de locação, e gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares, amortizados pelo prazo de cinco anos. Os saldos existentes no ativo diferido constituídos antes da entrada em vigor da Resolução 3.617/08 do Banco Central do Brasil (BACEN) serão mantidos até a sua efetiva baixa.

l) Intangível

São compostos por direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

m) Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro rata dia” sendo as de obrigações em moeda estrangeira atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços. As captações no mercado aberto são classificadas no passivo circulante em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

n) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para o imposto de renda IRPJ é calculada à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras (15% até agosto de 2015), incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras, foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei 13.169/2015 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/2015).

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração.

o) Operações de Câmbio

São demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos (em base “pro rata” dia), as variações cambiais auferidas, e provisão para perdas, quando aplicável.

p) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

q) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações, nas datas das informações semestrais.

r) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas

s) Reapresentação de saldos comparativos

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparação, foram reapresentadas, no que se refere a controladores e não controladores, devido ao entendimento do artigo 1º da Resolução nº. 4.280 CMN, que antes tratava a Rendimento Holding S.A. como empresa líder e que foi reestruturado para o Banco Rendimento S.A. como empresa líder para fins das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

BALANÇOS PATRIMONIAIS (i)	31 de dezembro de 2014		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Passivo			
Depósitos			
Depósito à vista	55.522	58	55.580
Outras obrigações			
Diversas	331.191	(254)	330.937
Patrimônio líquido			

Capital social	179.423	(94.107)	85.316
Reserva de capital	231	(231)	-
Reserva de lucros	50.363	56.134	106.497
Participação de não controladores	83	38.400	38.484
Total do passivo	1.427.744	-	1.427.744

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO (ii)	31 de dezembro de 2014		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Receitas da intermediação financeira			
Resultado de operações de câmbio	301.134	(34.657)	266.477
Outras receitas/despesas operacionais			
Receitas de prestação de serviços	62.500	14.706	77.206
Outras despesas administrativas	156.976	(68)	156.908
Despesas tributárias	25.719	(823)	24.896
Outras receitas operacionais	25.455	(2.008)	23.447
Outras despesas operacionais	32.989	(18.320)	14.669
Resultado não operacional	2.968	(3.633)	(665)
Lucro líquido	45.841	(885)	46.726
Atribuível aos:			
Controladores	45.850	(22.484)	23.366
Não controladores	(9)	23.369	23.360

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (i)	31 de Dezembro de 2013			31 de dezembro de 2014		
	Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado
	Capital social	111.244	(25.928)	85.316	179.424	(94.108)
Reserva de capital	231	(231)	-	231	(231)	-
Reserva de lucros						
Legal	9.758	(1.445)	8.313	4.129	5.352	9.481
Outras	87.394	(1.876)	85.518	46.234	50.782	97.016
Lucros acumulados	-	-	-	-	-	-
Controladores	208.627	(29.480)	179.147	230.017	(38.204)	191.813
Participação de não controladores	92	29.592	29.684	83	38.401	38.484
Total	208.719	112	208.831	230.100	197	230.297

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA Passivo (i)	31 de dezembro de 2014		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro Líquido Ajustado do Período	62.734	885	63.619
Lucro líquido do período	45.841	885	46.726
Varição de ativos e passivos	(28.704)	(85)	28.789
Redução/(aumento) em outros créditos	(4.976)	(53)	(5.029)
Aumento em depósitos	145.159	(392)	144.767
(Redução) em outras obrigações	(149.983)	360	149.623
Caixa líquido gerado em atividades operacionais	34.030	800	34.830
Pagamento de dividendos	(14.500)	(800)	(15.300)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos	(24.460)	(800)	(25.260)

- (i) Os saldos foram reapresentados em função da mudança da empresa líder, conforme descrito no item s;
- (ii) Para melhor comparabilidade foram efetuadas algumas reclassificações entre linhas na DRE, sendo a mais relevante as reclassificações na linha de Resultado com operações de Câmbio, onde (R\$ 14.706), trata de tarifas de câmbio, e foram realocadas em "receitas de prestação de serviços" (R\$ 21.986) contabilizada em outras despesas operacionais, por apresentarem saldos devedores em contas de câmbio de natureza credora, R\$ 2.035 contabilizada em outras receitas operacionais, por apresentarem saldos credores em contas de câmbio de natureza devedora, os valores contabilizados em " outras receitas e despesas operacionais", foram reclassificados na DRE para resultado de câmbio.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO RENDIMENTO S/A
Exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e 2014 (Em milhares de reais).

4. Caixa e equivalente de caixa

Descrição	2015	2014
Disponibilidades (Nota 5)	399.803	418.041
Aplicações em operações compromissadas	275.013	183.703
Total	674.816	601.743

5. Disponibilidades

Descrição	2015	2014
Caixa	12.793	16.537
Depósitos em moeda nacional	1.484	2.444
Reserva Livre	4.522	7.803
Disponibilidades em moedas estrangeiras	381.004	391.257
Total	399.803	418.041

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Circulante	2015	2014
a) Aplicações em operações compromissadas		
Aplicações no mercado aberto:		
Posição bancada:		
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	30.000	110.503
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	245.013	73.200
Total das aplicações no mercado aberto	275.013	183.703
b) Aplicações em depósitos interfinanceiros		
Certificado de depósito interfinanceiro (CDI)		
Não ligada	15.283	3.295
Não ligada - Crédito rural	5.436	1.011
Total certificado de depósito interfinanceiro (CDI)	20.719	4.306
Total do circulante	295.732	188.009
Realizável a longo prazo		
c) Aplicações em moeda estrangeira		
Aplicações em moeda estrangeira	44.077	29.952
Total de aplicação em moeda estrangeira	44.077	29.952
Total realizável a longo prazo	44.077	29.952
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	339.809	217.961

7. Títulos e valores mobiliários

a) Composição por classificação

Descrição	2015			2014		
	Valor de Custo (i)	Valor de Mercado (ii)	Ajustes a Mercado (iii)	Valor de Custo (i)	Valor de Mercado (ii)	Ajustes a Mercado
Títulos para negociação						
Carteira própria – Livres	2.250	1.257	(993)	27.319	26.826	(493)
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	-	25.273	25.306	33
Certificado de depósito bancário (CBD)	206	206	-	2	2	-
Ações de companhias abertas	2.044	1.051	(993)	2.044	1.518	(526)
Vinculados a operações compromissadas	-	-	-	9.493	9.505	12
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	-	9.493	9.505	12
Vinculados a prestação de garantias	-	-	-	30.522	30.562	40
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	-	26.755	26.790	35
Aplicações financeiras em moeda estrangeira	-	-	-	3.767	3.772	5
Total de títulos para negociação	2.250	1.257	(993)	67.334	66.893	441
Títulos disponíveis para venda						
Carteira própria – Livres	31.398	31.440	42	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	31.398	31.440	42	-	-	-
Vinculados a operações compromissadas	16.741	16.764	23	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	16.741	16.764	23	-	-	-
Vinculados a prestação de garantias	25.807	25.842	35	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	25.807	25.842	35	-	-	-
Total de títulos disponíveis para venda	73.946	74.046	100	-	-	-
Total de títulos e valores mobiliários	76.196	75.303	(893)	67.334	66.893	441
Saldo em curto prazo		1.257			66.893	
Saldo em longo prazo		74.046			-	

(i) Valor de custo

Refere-se ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

(ii) Valor de mercado

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades de Mercados Financeiros e de Capitais. As ações São avaliadas pela cotação de fechamento do último dia em que foram negociadas em bolsa de valores e as aplicações foram registradas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

(iii) Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria "Títulos Disponíveis para Venda", encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta "Ajustes a Valor de Mercado", o valor de R\$ 100. Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a R\$ 60.

b) Composição por vencimento

Descrição	2015			2014
	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	74.046	74.046
Certificado de depósito bancário (CDB)	-	206	-	206
Ações de companhias abertas (i)	1.051	-	-	1.051
Aplicações financeiras em moeda estrangeira	-	-	-	-
Total	1.051	206	74.046	75.303
				66.893

(i) Ações recebidas, de dação em pagamento, provenientes de recuperação na carteira de crédito.

8. Instrumentos financeiros e derivativos

a) O Banco Rendimento S/A opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção (“Hedge”) contra risco de mercado, que decorrem principalmente das flutuações das taxas de juros e cambial.

O gerenciamento da necessidade de “Hedge” é efetuado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições de Dólar e de Reais subdivididas nos diversos indexadores (pré, TR, IGP-M e TJLP). Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, necessariamente, os de alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da BM&F, que são avaliados pelo valor de mercado, por meio dos ajustes diários.

b) Composição analítica das operações

Mercado Futuro

Representadas por contratos de mercado futuro que, conforme determinação do Banco Central do Brasil (BACEN), são registrados em contas de compensação pelo valor do contrato atualizado pelo índice de variação das taxas pactuadas.

	Valor nominal dos contratos	
	2015	2014
Contratos de futuros (i)		
Posição comprada		
Dólar	-	18.009
EUR	17.556	27.773
Outras Moedas	-	1.841
Total posição comprada	17.556	47.623
Posição vendida		
DI	18.604	31.787
Dólar	38.886	27.406
Euro	8.739	-
Outras Moedas	-	2.163
Total posição vendida	66.229	61.356

(i) Os ajustes diários, de contratos futuros a pagar no valor de R\$ 472 (R\$ 255 em 2014), encontram-se registrados na rubrica de Negociação e Intermediação de Valores. Estas operações foram custodiadas pela BM&FBOVESPA

NDF

A carteira de contratos a termo de moeda sem entrega física – NDF negociada na CETIP é assim assumida:

	2015			2014	
	Valor de referência	Valor de mercado		Posição Líquida	Posição Líquida
		Valores a receber	Valores a pagar		
I) Tipo:					
Termo de moedas:					
Posição comprada	19.903	134	(426)	(292)	-
Posição vendida	19.117	-	(130)	(130)	-
Total NDF	39.020	134	(556)	(422)	-

c) Margem de garantia

São dados como margem em garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos, os ativos apresentados a seguir:

Vinculados a prestação de garantias	2015	2014
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	25.842	26.790
Aplicações financeiras em moeda estrangeira	-	3.772
Total	25.842	30.562

9. Operações de crédito

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as operações de crédito estavam assim representadas:

a) Composição da carteira por produto

	2015	2014
Operações de crédito		
Capital de giro	145.546	165.693
Conta corrente garantida	96.736	110.740
FINAME	18.689	20.119
BNDES	1.844	4.500
Títulos descontados	33.709	27.106
Financiamento em moeda estrangeira	8.248	4.745
Cheque especial	4.728	3.188
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	6.028	4.363
Cédula de crédito de exportação	3.021	3.029
Confissão de dívida	1.740	5.148
Crédito pessoal	7.192	6.985
Recuperação Judicial	12	906
Adiantamento a depositantes	1.192	3.901
	328.685	360.423
Outros créditos		
Adiantamentos sobre contrato de câmbio (Nota 10)	4.183	7.836
Avais e fianças	-	2.273
Rendas a receber (Nota 10)	1.814	1.008
Títulos e créditos a receber-com características de concessão de crédito (Nota 11)	43.673	29.026
Devedores por compra valores e bens	210	-
	49.880	40.143
Total das operações de crédito	378.565	400.566
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.403)	(12.822)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(3.126)	(4.240)
Total da provisão para créditos de liquidação duvidosa	(13.529)	(17.062)

b) Composição da carteira

	2015	2014
Setor privado:		
Indústria	48.371	57.318
Comércio	24.312	31.615
Outros serviços	282.350	289.696
Intermediação financeira	1.871	1.765
Pessoas físicas	21.661	20.172
Total da carteira por ramo de atividade	378.565	400.566

c) Composição da carteira por vencimento

	2015	2014
Vencidas		

A partir de 15 dias	11.247	12.298
À vencer:		
Até 90 dias	194.633	161.831
De 91 a 360 dias	125.404	146.684
Acima de 360 dias	47.281	79.753
Total da carteira por vencimento	378.565	400.566

d) Concentração da carteira

	2015		2014	
	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores	126.350	33,38%	118.718	29,64%
50 seguintes maiores devedores	170.539	45,05%	180.730	45,12%
100 seguintes maiores devedores	64.190	16,95%	84.274	21,04%
Seguintes maiores devedores	17.486	4,62%	16.844	4,20%
Total da carteira	378.565	100,00%	400.566	100,00%

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, está distribuída entre os seguintes níveis de risco:

2015					
Nível de Risco	% Provisão	A vencer	Vencidas	Total	Provisão
AA	-	-	-	-	-
A	0,5	254.685	-	254.685	1.273
B	1	56.414	153	56.567	566
C	3	47.080	1.483	48.563	1.456
D	10	3.178	747	3.925	393
E	30	1.968	347	2.315	695
F	50	3.931	365	4.296	2.148
G	70	26	4.028	4.054	2.838
H	100	36	4.124	4.160	4.160
Total		367.318	11.247	378.565	13.529

2014					
Nível de Risco	% Provisão	A vencer	Vencidas	Total	Provisão
AA	-	-	-	-	-
A	0,5	304.675	-	304.675	1.523
B	1	49.976	421	50.397	504
C	3	19.529	2.449	21.978	659
D	10	1.781	1.024	2.805	281
E	30	2.492	1.972	4.464	1.339
F	50	4.635	219	4.854	2.427
G	70	1.434	2.113	3.547	2.483
H	100	3.746	4.100	7.846	7.846
Total		388.268	12.298	400.566	17.062

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou as seguintes movimentações:

	2015	2014
Saldo Inicial	17.062	22.648
Constituição	14.577	30.758
Reversão	(6.999)	(12.948)
Baixas de créditos contra prejuízo	(11.111)	(23.396)
Saldo Final	13.529	17.062

g) Créditos renegociados e recuperados

Os créditos renegociados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, totalizam R\$ 18.438 (2014 - R\$ 10.788).

Os créditos recuperados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, totalizam R\$ 3.859 (2014 - R\$ 2.619).

10. Carteira de câmbio

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a carteira de câmbio do Grupo Rendimento está formada como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	8.599	17.151
Direitos sobre venda de câmbio	12.834	117.262
(-) Adiantamentos em moeda nacionais recebidas	(8.680)	(9.077)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 9)	1.814	1.008
Total do ativo	<u>14.567</u>	<u>126.344</u>
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	5.803	114.536
Obrigações por compra de câmbio	6.170	15.854
(-) Adiantamento de contrato de câmbio (nota 9)	(4.183)	(7.836)
Obrigações por vendas realizadas	14.735	3.647
Total do passivo	<u>22.525</u>	<u>126.201</u>

11. Outros créditos e outros valores e bens

a) Diversos

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Devedores por depósito em garantia (nota 24b)	78.509	77.390
Títulos e créditos a receber-com características de concessão de crédito (nota 9)	43.673	29.026
Títulos e créditos a receber-sem características de concessão de crédito (i)	11.610	16.638
Crédito tributário (nota 16b)	44.696	44.568
Devedores diversos – País	14.949	14.160
Imposto de renda a compensar	19.284	21.496
Outros	1.518	1.288
Total	<u>214.239</u>	<u>204.566</u>
Curto Prazo	<u>91.029</u>	<u>83.309</u>
Longo Prazo	<u>123.210</u>	<u>121.257</u>

(i) Refere-se, basicamente, a liquidação das vendas do produto Visa Traveller Money (VTM), com o Banco, por parte das Distribuidoras/Corretoras de câmbio (Resellers) que comercializam o produto e câmbio a fechar.

b) Outros valores e bens

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Bens não de uso próprio (i)	17.126	18.359
Despesas antecipadas	2.491	2.560
Total	<u>19.617</u>	<u>20.919</u>
Curto Prazo	<u>18.778</u>	<u>20.133</u>
Longo Prazo	<u>839</u>	<u>786</u>

(i) Refere-se a imóveis recuperados de garantia de operações de crédito que serão vendidos ou levados a leilão conforme normas estabelecidas no Cosif.

12. Depósitos

a) Composição da carteira

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Depósitos à vista		
Pessoa física	17.701	52.184
Pessoa jurídica	79.432	3.396
	<u>97.133</u>	<u>55.580</u>
Depósitos a prazo		
Pessoa jurídica	269.078	290.605
Pessoa física	150.784	137.007
Investidores institucionais	817	1.948
Instituições financeiras	223	-
	<u>420.902</u>	<u>429.560</u>
Depósitos em moeda estrangeira e interfinanceiros		
Depósitos em moeda estrangeira	66.222	54.214
Depósitos interfinanceiros	8.497	6.105
	<u>74.719</u>	<u>60.319</u>
Total de depósitos	<u>592.754</u>	<u>545.459</u>
Curto prazo	302.080	256.911
Longo prazo	290.674	288.548

b) Composição da carteira por vencimento

	<u>2015</u>				<u>2014</u>
	<u>Sem</u>	<u>Até 180</u>	<u>De 181 a</u>	<u>Acima de</u>	<u>Total</u>
	<u>Vencimento</u>	<u>dias</u>	<u>360 dias</u>	<u>360 dias</u>	<u>Total</u>
Depósitos à vista	97.133	-	-	-	97.133
Depósitos interfinanceiros	-	8.497	-	-	8.497
Depósitos a prazo	-	97.441	32.787	290.674	420.902
Depósitos em moeda estrangeira	66.222	-	-	-	66.222
Total de depósitos	<u>163.355</u>	<u>105.938</u>	<u>32.787</u>	<u>290.674</u>	<u>592.754</u>
					<u>545.459</u>

c) Concentração da carteira de depósito a prazo

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
10 Maiores depositantes	175.691	167.112
50 Seguintes depositantes	234.834	192.878
100 Seguintes depositantes	91.097	97.949
Demais depositantes	91.132	87.520
Total de depósitos	<u>592.754</u>	<u>545.459</u>

13. Obrigações por empréstimos e repasses e recursos de aceites e emissão de títulos

	<u>2015</u>			<u>2014</u>
	<u>Até 90</u>	<u>De 91 a 360</u>	<u>Acima de</u>	<u>Total</u>
	<u>dias</u>	<u>dias</u>	<u>360 dias</u>	<u>Total</u>
Obrigações por empréstimos				
Empréstimos no exterior (i)	3.137	859	-	3.996
Obrigações por repasses				
Repasses do país - Instituições Oficiais	14	1.395	19.030	20.439
Recursos de aceites e emissão de títulos				
				24.448

Letras financeiras	-	12.085	-	12.085	22.575
Total	3.151	14.339	19.030	36.520	50.942

(i) *Constituída por linha de crédito do Banco Rendimento S/A junto a banqueiros no exterior, renovável mensalmente, com remuneração da taxa “libor” acrescida de cupom de 1% a.a.*

14. Captações no mercado aberto

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Re vendas a Liquidar – Posição Bancada		
Vencimento até 30 dias		
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	6.089	-
Total	6.089	-

15. Outras obrigações

a) Fiscais e previdenciárias

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Circulante		
Impostos e contribuições a recolher	8.348	6.886
Impostos e contribuições sobre os lucros	19.007	26.631
Total do circulante	27.355	33.517
Exigível a longo prazo		
Provisão para riscos fiscais (nota 24b)	76.882	77.422
Total do exigível a longo prazo	76.882	77.422
Total	104.237	110.939

b) Diversas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Circulante		
Obrigações por prestação de serviços	15.319	12.627
Provisão para pagamentos a efetuar	27.446	32.253
Credores diversos no exterior (i)	289.361	271.192
Credores diversos no país	16.317	14.865
Outras	36	-
Total do circulante	348.479	330.937
Exigível a longo prazo		
Provisão para passivos contingentes (nota 26b)		
Provisão para passivos contingentes	6.278	5.875
Provisão outras (ii)	2.141	1.595
Provisão para fianças (nota 25)	586	646
Total do exigível a longo prazo	9.005	8.116
Total	357.484	339.052

(i) *Refere-se substancialmente a cartões “pré-pagos” (Visa Traveller Money).*

(ii) *Refere-se substancialmente a repasses de IPVA para a Prefeitura de Tuiuti.*

16. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação das despesas e das provisões do imposto de renda e da contribuição social.

	<u>2015</u>		<u>2014</u>	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	64.412	64.412	73.402	73.402

Adições:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.578	7.578	17.809	17.809
Provisões a pagar indedutíveis	2.206	2.206	-	-
Reversão de provisão para contingências trabalhistas	2.183	2.183	465	465
Patrocínio e doações indedutíveis	1.504	1.504	1.295	1.295
Remuneração variável de dirigentes	1.097	-	1.287	-
Outras	1.462	1.676	1.976	2.199
Total das adições	16.030	15.147	37.404	36.340
Exclusões:				
Juros sobre capital próprio	13.280	13.280	9.960	9.960
Participação nos Lucros (empregados)	1.623	1.623	5.582	5.582
Ajuste positivo ao valor de mercado – TVM	-	-	996	996
Reversão de provisões diversas a pagar	-	-	2.737	2.737
Perdas em operações de crédito - Lei 9.430/96	14.323	14.323	18.490	18.490
Outras	1.582	1.671	1.184	1.277
Total das exclusões	30.808	30.897	38.949	39.042
Base do imposto de renda e contribuição social	49.633	48.662	71.856	70.700
IRPJ / CSLL	12.284	7.458	17.849	9.917
Dedução de incentivos fiscais	775	-	1.135	-
Imposto de renda e contribuição social	11.509	7.458	16.714	9.917
Ativo fiscal diferido	718	(846)	(3.511)	(2.026)
Total de imposto de renda e contribuição social	12.227	6.612	13.203	7.891

b) Créditos tributários

Os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações no exercício.

Descrição	Saldo			Saldo
	31/12/2014	Constituição	Realização	31/12/2015
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.126	4.137	(6.059)	8.204
Provisão para riscos fiscais PIS/COFINS	29.632	-	-	29.632
Provisões a pagar indedutíveis	-	1.978	(1.077)	900
Provisão para riscos fiscais ISS	880	44	(322)	602
Provisão para contingências cíveis	548	486	(278)	756
Provisão para contingências trabalhistas	896	1.142	(40)	1.997
Outras provisões indedutíveis	2.486	1.611	(1.494)	2.605
Total	44.568	9.398	(9.270)	44.696

Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução nº 3.355. A compensação depende da natureza do crédito gerado. Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos somente sobre diferenças temporariamente indedutíveis. O Grupo Rendimento não apresenta prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a ativação de tais valores.

A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:

Descrição	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.436	1.182	3.240	1.337	8	8.204
Provisão para riscos fiscais PIS/COFINS	-	-	-	-	29.632	29.632
Provisão para riscos fiscais ISS	-	-	-	-	602	602
Provisão a pagar indedutíveis	900	-	-	-	-	900
Provisão para contingências cíveis	208	83	83	60	321	756
Provisão para contingências trabalhistas	1.123	482	244	59	89	1.997
Outras provisões indedutíveis	1.173	-	64	-	1.368	2.605
Total	5.840	1.748	3.631	1.457	32.020	44.696
Valor presente	5.072	1.551	3.264	1.316	28.962	40.164

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, considera que deverá auferir resultados tributáveis, dentro do prazo regulamentar, para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

O valor presente do crédito tributário é estimado em R\$ 40.164, utilizada a taxa de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.

17. Remuneração do pessoal chave da Administração

Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social do Banco. O Banco incorreu nos seguintes benefícios de curto prazo aos administradores:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Remuneração fixa no exercício	6.844	6.524
Remuneração variável no exercício	923	1.379
Encargos sociais	(1.708)	(1.739)
Total	<u><u>6.059</u></u>	<u><u>6.164</u></u>

O Grupo Rendimento não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da controladora é de 107.370 (2014 R\$ 85.316), e esta constituído por 125.024 ações nominativas sem valor nominal, sendo 62.512 ordinárias e 62.512 preferenciais.

O capital social de não controladores é de R\$ 57.108 (2014 R\$ 14.608), e esta constituído por 1.893.074 ações, sendo 963.017 ordinárias e 928.017 preferenciais, e 2.108 cotas.

Empresa	Capital Social	Ações		Cotas	Total de ações/cotas
		ON	PN		
Controladora (i) (ii)	107.370	62.512	62.512	-	125.024
Participação de não controladores	57.108	963.017	928.017	2.108	1.893.142

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas asseguram ao acionista a prioridade de reembolso do capital e o direito de participação na distribuição de dividendos e bonificações, em igualdade de condições com as ações ordinárias.

(i) Em 17 de abril de 2015 por realização de Assembleia Geral Ordinária, o Banco aumentou o capital social de R\$ 85.316 para R\$ 150.000 mediante incorporação da Reserva Legal R\$ 8.759 e Reserva Especial de Lucros – Outras R\$ 55.925, mantendo-se a mesma quantidade de ações.

(ii) Em 28 de agosto de 2015 por realização de assembleia Geral Extraordinária, o Banco reduziu o capital social de R\$ 150.000 para R\$ 107.370, mediante a entrega de 35.000 ações de emissão do Banco BBN, pelo valor de R\$ 42.630. Tal deliberação foi aprovada pelo BACEN em 07 de outubro de 2015

b) Distribuição de dividendos e Juros sobre capital próprio

O capital é remunerado por meio da distribuição de dividendo mínimo obrigatório, previsto nos estatutos, de 6% sobre o lucro líquido ajustado do período. A distribuição de dividendos está sujeita à proposta da diretoria à Assembleia geral de acionistas e cotistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros. Pelas Assembleias gerais extraordinárias, realizadas no ano de 2015, foi deliberado o pagamento de dividendos no montante de R\$ 34.200 (2014 R\$ 15.300), e deliberou o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio no montante de R\$ 13.280 (2014 R\$ 9.960) referentes ao primeiro semestre de 2015, calculados com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), nos termos do artigo 9º da Lei 9.249/95. O benefício fiscal decorrente

da distribuição de juros sobre o Capital Próprio reduziu os encargos de imposto de renda e contribuição social do semestre no montante de R\$ 2.520 (2014 R\$ 3.984).

Dividendos		JCP	
Data da AGE		Data da AGE	
26/01/2015	1.000	02/06/2015	800
25/02/2015	1.000	03/06/2015	5.500
25/03/2015	1.000	03/12/2015	6.980
23/04/2015	1.000		
23/05/2015	1.000		
25/06/2015	1.000		
16/07/2015	1.000		
24/07/2015	200		
10/08/2015	20.000		
25/08/2015	1.000		
25/09/2015	2.000		
15/10/2015	2.000		
16/11/2015	1.000		
15/12/2015	1.000		
Total	<u>34.200</u>	Total	<u>13.280</u>

c) **Lucros acumulados**

No exercício findo em 31 de dezembro 2015, o Grupo Rendimento apurou um lucro contábil de R\$ 42.994 (2014 R\$ 46.726). Adicionalmente, não existem lucros acumulados que devessem ser destinados com base no estabelecido pela Resolução nº 3.605/08.

d) **Reserva legal**

Reserva de lucros

Legal: O Grupo Rendimento deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital integralizado.

Outras: Composta por lucros obtidos a serem destinados em AGO (Assembléia Geral Ordinária).

19. **Despesas de captação no mercado**

	2015	2014
Depósitos a prazo	57.650	43.723
Recursos de emissão de títulos	1.829	1.825
Depósitos interfinanceiros	1.062	6.215
Contribuições ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC)	838	686
Operações compromissadas	559	1.293
Outras despesas de captação	32.835	10.013
Total	<u>94.773</u>	<u>63.755</u>

20. **Receitas de prestação de serviços**

	2015	2014
Tarifas sobre cartões de débitos	27.003	30.530
Tarifas de câmbio	26.333	21.571
Tarifas de arrecadação	12.328	11.193
Tarifa de serviços de pagadoria	5.883	5.949
Tarifas de serviços bancárias	3.244	3.420
Tarifas de outros serviços	4.529	4.543
Total	<u>79.320</u>	<u>77.206</u>

21. **Despesa de pessoal**

	2015	2014
Proventos	67.574	67.912

Encargos sociais	26.629	26.472
Benefícios	20.754	20.081
Honorários	7.766	7.903
Outros	1.026	1.283
Total	123.749	123.651

22. Outras despesas administrativas

	2015	2014
Serviços sistema financeiro	35.100	40.908
Serviços de terceiros	29.728	34.703
Aluguéis	18.691	19.526
Processamento de dados	18.844	16.516
Serviços técnicos especializado	4.540	6.297
Comunicações	4.336	4.696
Promoções e relações públicas	1.568	3.068
Depreciação/amortização	6.403	6.028
Transportes	2.369	2.743
Manutenção e conservação de bens	2.179	2.494
Serviços de vigilância e segurança	2.272	2.666
Água, energia e gás	1.152	957
Contribuições filantrópicas	1.093	1.292
Outras	14.241	15.014
Total	142.516	156.908

23. Despesas tributárias

	2015	2014
COFINS	14.456	15.977
Imposto sobre serviço de qualquer natureza - ISS	3.048	2.738
PIS	2.443	2.687
Outras	4.460	3.493
Total	24.407	24.895

24. Outras receitas e despesas operacionais

	2015	2014
Outras receitas operacionais		
Receita de arbitragem	6.077	7.217
Reversões provisões tributos	1.425	4.383
Reversão de provisões	2.106	34
Receita aquisição de crédito	-	2.147
Avais e fianças	52	2.284
Verba de marketing	2.053	4.307
Recuperação de encargos e despesas	503	691
Reversão bônus diretoria	199	349
Descontos obtidos	35	143
Outras	1.599	1.892
Total	14.049	23.447

Outras despesas operacionais

Contingências	3.569	3.666
Descontos concedidos	-	4.455
Despesas com perdas de cartões	1.781	1.511
Provisões para perdas de avais e fianças	134	1.153
Impostos exercícios anteriores	-	693
Verba de marketing	14	623
Juros e multas sobre impostos	159	544
Ágio na aquisição de investimento	-	277
Bônus diretoria	127	257
Provisão saldo negativo cartões	234	233
Despesas diversas cartões	163	169
Comissão de fiança	110	129
Contratos de parceria	392	-
Outras	1.022	959
Total	7.705	14.669

25. Avais, fianças e garantias concedidas a terceiros

A responsabilidade por avais, fianças e garantias prestadas a terceiros, em 31 de dezembro de 2015, correspondiam a R\$ 78.823 (R\$ 100.775 em 2014), com provisão para perdas no montante de R\$ 586 (R\$ 646 em 2014).

26. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2015, não existem processos classificados pela Administração como prováveis de realização.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

(i) *Provisões trabalhistas* - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

(ii) *Provisões cíveis* - Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos.

(iii) *Provisões fiscais* - As provisões para processos fiscais são representadas por processos judiciais e administrativos, provisionados no passivo exigível a longo prazo na rubrica "outras obrigações fiscais e previdenciárias", representados pelos seguintes processos:

- Contestação judicial da legalidade do recolhimento do PIS e COFINS, nos termos da Lei nº 9.718/98. Para essa causa, o montante provisionado é de R\$ 74.405
- Contestação quanto a base de receitas de operações de avais e fiança e de câmbio, defendida pelo Fisco Municipal como tributável para o ISS. O montante provisionado é de R\$ 1.504.
- Contestação referente a glosas de despesas de IRPJ, CSLL, e IRRF. O montante provisionado é de R\$ 1.299.

As movimentações das provisões para contingências e obrigações legais, ocorridas no semestre, estão a seguir apresentadas:

Provisão para Contingências					2015	2014
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outras	Total	Total
Saldo no início	77.422	2.308	1.380	3.783	84.892	71.708
Constituições	1.674	4.624	1.237	318	7.854	22.120
Realizações/Reversões	(2.214)	(2.441)	(829)	(1.960)	(7.444)	(8.352)
Saldo no final	76.882	4.490	1.788	2.141	85.301	85.476

Depósitos Judiciais				2015	2014
	Fiscais	Trabalhistas	Outras	Total	Total
Saldo no início	76.600	790	-	77.390	61.240
Constituições	1.548	1.171	6	2.725	16.850
Realizações/Reversões	(921)	(685)	-	(1.606)	(700)
Saldo no final	77.227	343	6	78.509	77.390

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Em 31 de dezembro de 2015, as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por 28 (2014 – 15) processos de natureza cível que somam, com base nos valores atribuídos aos respectivos processos pelas partes reclamantes R\$ 648 (2014 – R\$ 19) e estão representados, substancialmente, pelos seguintes processos:

- Ações revisionais de cláusulas de contratos de empréstimos e financiamentos;
- Ações indenizatórias decorrentes da realização de operações de cartões VTM.

d) Órgãos reguladores

Não existem processos administrativos em curso, por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar representativamente o resultado e as operações do Banco Rendimento S/A.

27. Limites operacionais

O Patrimônio de referência mínimo requerido para o RWA está a seguir demonstrado, de acordo com os normativos em vigor:

Patrimônio de referência – PR	226.723
Risco de crédito – RWA_{CPAD}	91.184
Risco de exposição cambial – RWA_{CAM}	21.879
Risco de taxas de juros – RWA_{JUR1}	36
Risco de cupom de moedas – RWA_{JUR2}	2.472
Risco operacional – RWA_{OPAD}	47.521
Patrimônio de referência mínimo requerido para o RWA	163.092
Margem sobre o PR requerido	49.774

O índice de Basileia na data-base de 31 de dezembro de 2015, para o Conglomerado Financeiro, apurado de acordo com o estabelecido nas Resoluções nº 4.192/13 e 4.193/13, do Conselho Monetário Nacional, é de 14,36% (Dezembro de 2014 – 17,66%).

28. Gestão de riscos

A gestão de riscos no Conglomerado Rendimento, aprovada pela Alta Administração, é disciplinada de forma integrada e corporativa com a adoção das melhores práticas definidas em políticas e procedimentos internos, monitorados com independência e isenção pela área de controles internos, em conformidade com os normativos do Banco Central do Brasil.

Através de estrutura composta por corpo técnico especializado e ferramentas específicas de controle, é realizada a identificação e o acompanhamento proativo dos riscos inerentes às atividades desenvolvidas, para que sejam mitigados e reportados em função das características e complexidade dos nossos produtos e serviços.

A estrutura de riscos encontra-se subordinada ao Diretor de Riscos e Compliance, responsável, também, pela Área de Governança Corporativa e pela unidade de Prevenção de Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo.

As definições estratégicas de maior relevância são submetidas aos comitês específicos de acordo com as diretrizes definidas pela Alta Administração, para a aprovação de medidas corretivas e preventivas com vistas à mitigação de possíveis riscos associados.

I - Risco de Mercado

É o risco associado à probabilidade de que a variação no valor de ativos e passivos causada pelas incertezas acerca das mudanças nos preços e taxas de mercado gere perdas para a instituição. O controle do risco de mercado é realizado por equipe especializada responsável pela execução das atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco.

Adicionalmente é realizado monitoramento, avaliação e divulgação consolidada das informações de risco de mercado, visando o atendimento ao órgão regulador brasileiro.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às boas práticas e aderente aos processos de melhoria contínua.

Valor em Risco (VaR) – Esse modelo de análise de risco visa quantificar a exposição, utilizando limites de risco baseados em critérios estatísticos (VaR Estatístico: nível de confiança adequado - é uma medida estatística que estima a perda potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos), simulações de estresse (VaR Estressado - é uma medida que estima a perda em condições extremas de mercado a partir de cenários de estresse) e capital econômico alocado.

De acordo com o modelo de administração adotado para controle dos riscos, os limites e a exposição aos riscos de mercado, no Conglomerado Financeiro, são relativamente baixos quando comparados ao Patrimônio de Referência.

Testes de Estresse –tomando-se por base os cenários divulgados pela BM&F, realizamos cenários internos utilizando como premissas, dois para taxas de juros prefixadas, dois para câmbio e um para taxas de juros e câmbio, simultaneamente. Para taxa de juros utiliza-se os cenários alta 4 e baixa -4 e para o câmbio utiliza-se um choque de 10% tanto para alta como para baixa.

De acordo com os critérios de classificação de operações, previstos na Resolução nº 3.464/07, do Conselho Monetário Nacional, na Circular nº 3.354/07, do BACEN e no Novo Acordo de Capitais - Basileia III, a análise é aplicada integralmente às carteiras trading e banking, cujas exposições sofrem impactos significativos sobre o resultado corrente da instituição.

A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado encontra-se alinhada aos conceitos do Comitê de Basileia, sendo constituída por um conjunto de princípios que norteiam a estratégia e controle dos negócios do Conglomerado Financeiro.

II - Risco de Crédito

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito encontra-se alinhada à Resolução 3.721/09, do Conselho Monetário Nacional e visa possibilitar a identificação, mensuração, controle e a mitigação dos riscos de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O Comitê de Crédito é responsável pela análise dos riscos de crédito associados às operações do Banco Rendimento S/A. Esse comitê se reúne de acordo com a política definida pela Alta Administração e tem como objetivos deliberar sobre os assuntos pertinentes a Política de Gestão de Risco de Crédito.

III - Risco Operacional

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos.

A crescente sofisticação do ambiente dos negócios bancários e a evolução da tecnologia tornaram mais complexos os perfis de risco das organizações, delineando com mais nitidez esta classe de risco, cujo gerenciamento, requer uma estrutura específica, distinta das aplicadas aos riscos de crédito e de mercado.

Em linha com os princípios da Resolução nº. 3.380/06, do Conselho Monetário Nacional, foi definida política de gerenciamento do risco operacional, constituída por um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

A estrutura formalizada na política prevê os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionadas ao risco operacional e aos papéis e responsabilidades das áreas que participam dessa estrutura.

Com base em legislação do BACEN as instituições financeiras são obrigadas a alocar capital para risco operacional. O Conglomerado Financeiro optou pela utilização da Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada.

IV - Risco de Liquidez

O controle da liquidez é um instrumento estratégico e de extrema importância, no Banco, tendo em vista a necessidade do acompanhamento contínuo dos níveis de caixa, possibilitando que liquidações sejam realizadas em tempo hábil e de maneira segura, sem problemas de descasamento entre ativos e passivos.

Em cumprimento à Resolução nº 4.090/12, do Conselho Monetário Nacional, o Banco Rendimento S/A estabeleceu políticas que visam manter a flexibilidade para lidar com eventos específicos de liquidez e também no mercado financeiro como um todo. O objetivo principal é prover recursos para o Conglomerado Financeiro e permitir a manutenção dos negócios e a geração de receita, até mesmo sob circunstâncias adversas.

O Comitê de Liquidez é realizado dentro da periodicidade estabelecida em política onde é apresentado o panorama do mercado, caixa e captação, visando a identificação de eventuais desvios e necessárias correções para níveis considerados adequados e suficientes para a mitigação de riscos que possam atingir a reputação do Conglomerado.

V – Responsabilidade Socioambiental

Neste exercício implantamos a política de risco socioambiental, no Conglomerado Rendimento, de acordo com a Resolução 4.327, do Conselho Monetário Nacional, visando estabelecer mecanismos de controle dos riscos nas atividades de financiamento a clientes e relacionamento com fornecedores e parceiros, dentre outros negócios componentes do portfólio das empresas do Grupo. Nossa política e ações estão sendo implementadas de forma corporativa e integrada sob todos os aspectos sociais e ambientais.

A estrutura de gerenciamento de risco socioambiental, devidamente aprovada pela Alta Administração, foi implementada com o objetivo de possibilitar a identificação, controle, mensuração e mitigação de perdas em função de riscos associados a danos socioambientais, em observância à natureza e complexidade das atividades desenvolvidas no grupo e dos respectivos produtos e serviços.

Para a plena efetividade dos objetivos constantes dessa política foram definidas estratégias e diretrizes, com o envolvimento das diretorias e gestores do Conglomerado, visando possibilitar o conhecimento e disseminação a todo corpo funcional, dos princípios que norteiam a referida

política e sua importância no cotidiano de cada colaborador e a nossa relação com clientes, parceiros e fornecedores.

Nesse contexto, por entendermos que o combate à corrupção se constitui um elemento de responsabilidade social, fizemos constar das nossas estratégias e diretrizes, os procedimentos da Lei Anticorrupção na Política de Responsabilidade Socioambiental, dando ênfase aos padrões de conduta e código de ética, treinamentos periódicos, dentre outras diretrizes aplicáveis a todos os colaboradores, administradores, clientes e cadeia de fornecimento.

Estamos considerando nos contratos com clientes, parceiros e fornecedores, cláusula que trata da necessária regularidade aos assuntos ligados ao meio ambiente, trabalho análogo ao escravo, trabalho infantil, dentre outros pertinentes ao tema, também como instrumento de mitigação de possíveis riscos socioambientais e fazendo-se compor das análises de compliance, onde passamos a apurar os riscos ligados a danos socioambientais, independentemente dos riscos legais, tributários, de imagem (corrupção) que trazem intrínseca relação.

Em paralelo, temos criado canal de acesso a todos os colaboradores do Conglomerado, para registro de incidentes de Risco Socioambiental o qual utilizamos para controle, acompanhamento e mitigação a ser utilizado como forma se estabelecer a da prevalência dos princípios da relevância e da proporcionalidade.

Certamente a adoção dessa política proporcionará ao Conglomerado Rendimento condições de identificar oportunidades de negócios que atendam aos princípios de sustentabilidade, alinhados com os pré-requisitos sociais os quais darão suporte para competirmos no mercado financeiro com qualidade e eficiência.

VI - Estrutura de Gerenciamento de Capital

O Banco Rendimento S/A possui estrutura de gerenciamento de capital em conformidade com as orientações constantes da Resolução nº 3.988/11, do Conselho Monetário Nacional.

A estrutura de Gerenciamento de Capital é responsável pelo monitoramento, planejamento de metas e controle do capital mantido pela instituição, bem como pela avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos em que a instituição esteja sujeita.

A partir das disposições constantes da referida Resolução, o Banco Rendimento S/A passou a calcular índice de Basileia para valores projetados em um período de três anos (Plano Trienal de Capital), visando verificar se o seu nível estará adequado frente à situação futura, adotando uma visão prospectiva em relação às necessidades de capital. No Plano de Capital também são considerados os riscos não previstos nas metodologias de cálculo já regulamentadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil.

No primeiro semestre de 2015 foi realizada a revisão do Plano de Capital, elaborado no ano de 2014, tendo como premissas de análise a consistência da política de formação e suficiência do Patrimônio de Referência – PR do Conglomerado para o triênio 2015 a 2017.